

**PARECER TÉCNICO DA COMISSÃO DE SELEÇÃO E JULGAMENTO
DE CHAMAMENTO PÚBLICO, NOMEADA PELA PORTARIA N. 527
DE 27 DE AGOSTO DE 2021**

**RESULTADO DA ANÁLISE DE DOCUMENTAÇÃO PARA
HABILITAÇÃO DA PROPOSTA**

ENTIDADE: Associação Rede Feminina de Combate ao Câncer, pessoa jurídica sem fins lucrativos, cadastrada no CNPJ sob o nº 36.537.773/0001-47 e estabelecida à Rua Alferes nº 260, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC.

OBJETO: Acolher portadores de câncer e seus familiares por meio de apoio assistencial de proteção e de promoção para o enfrentamento da vulnerabilidade que a doença impõe, bem como fortalecer a prevenção do câncer por meio de ações que visem o diagnóstico precoce, e o bem estar, para melhoria da qualidade de vida da população, mediante a celebração de termo de fomento, nos termos da Lei 13.019/2014 e suas alterações. O objeto será a transferência de recursos financeiros, em doze parcelas, no valor de R\$ 2.180,00 (dois mil cento e oitenta reais), totalizando R\$ 26.160,00 (vinte e seis mil cento e sessenta reais) com o objetivo de atingir as metas previstas para o ano de 2023, no que pese os custos de manutenção do espaço físico da sede da Associação, bem como o apoio à pacientes.

Em que pese o Chamamento Público se trate de um procedimento obrigatório para parcerias entre a Administração Pública e as Organizações da Sociedade Civil, disciplinado pela Lei Federal n. 13.019/2014, este marco regulatório também excetua a sua necessidade.

Desta feita, a Administração Pública, no exercício regular de direito, pode dispensar o procedimento de chamamento público com escopo no Art. 30 da Lei Federal n. 13.019/2014, que elenca como dispensável o chamamento público nos casos de atividades de urgência, por até 180 dias; em casos de calamidade pública; de programas de proteção a pessoas ameaçadas; ou serviços de educação, saúde e assistência social, desde que executadas por organizações da sociedade civil, previamente credenciadas pelo órgão gestor da respectiva política.

Da mesma forma, identificam-se as hipóteses previstas no artigo 31, da Lei Federal nº 13.019/2014, em razão da natureza singular do objeto; e quando as metas puderem se atendidas apenas por uma entidade específica.

Sendo assim, esta comissão entende por não haver necessidade de chamamento público no presente caso, ficando caracterizada a hipótese de INEXIGIBILIDADE de realização de chamamento público para firmar Termo de Fomento com a Associação Rede Feminina de Combate ao Câncer, tendo em vista que as atividades desenvolvidas pela entidade de Nova Trento/SC possuem natureza singular, não havendo outra entidade apta e capaz de atender as metas estabelecidas no plano de trabalho, conforme disposições contidas no artigo 31, inciso II, da Lei Federal nº 13.019/2014 com as alterações dadas pela Lei Federal nº 13.204/2015.

Destaca-se que as demais disposições da Lei nº 13.019/2014 e suas alterações, bem como do Decreto Municipal nº 62, de 20 de Março de 2019, devem ser rigorosamente observadas pelo setor competente para celebração da parceria com a Associação Rede Feminina de Combate ao Câncer.


Diante do exposto, a comissão de seleção e julgamento sugere ao Senhor Prefeito Municipal a inexigibilidade de chamamento público e assinatura do termo de fomento com a referida entidade.

Dê-se publicidade a este documento, conforme determina o artigo 32 caput e parágrafo primeiro da Lei Federal nº 13.019/2014.

Nova Trento/SC, 15 de Dezembro de 2022.


Debora Matté
Membro


Evelyn Andressa
Benedett dos Santos
**Presidente da
Comissão**


Jean Marcos Bunn
Membro